



## CONTRIBUIÇÃO DA AMPESC NA EDUCAÇÃO SUPERIOR CATARINENSE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**Emillie Michels**  
**Expedito Michels**  
**Luis Moretto Neto**  
**Thiago Henrique Almino Francisco**

**RESUMO:** O texto evidencia a participação da AMPESC – Associação das Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina e sua contribuição para a educação superior no Estado catarinense. Aponta a educação a distância como ferramenta de democratização da educação e traz resultados obtidos através da aplicação de questionários entre alunos de duas instituições conveniadas do Sistema AMPESC. Os resultados demonstram que no sul de Santa Catarina, onde localizam-se os acadêmicos que participaram da amostra, a educação a distância oferecida por estas duas instituições conveniadas cumpre o papel de garantidor ao acesso à educação superior.

**Palavras-chave:** Democratização da educação. Ensino Superior. Educação a distância.

**ABSTRACT:** This aims highlights the participation of AMPESC - Maintainers Association of Private Higher Education of Santa Catarina and its contribution to higher education in the State of Santa Catarina. Points distance education as a tool of democratization of education and brings results obtained through questionnaires among students from two partner institutions AMPESC System. The results show that in southern Santa Catarina, where are located the academics who participated in the sample, the distance education offered by these two partner institutions fulfill the role of guarantor of access to higher education.

**Key-words:** Democratization of education. College education. Distance education.

### 1 INTRODUÇÃO

A competição mercadológica também atinge o setor educacional, e a educação superior, com a Lei 9.394/96, que institui a lei de diretrizes e bases da educação nacional, expandiu ainda mais a possibilidade da iniciativa privada no contexto econômico-educacional.

A AMPESC – Associação das Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina, relativamente nova como instituição de representação dos interesses das faculdades particulares, surge neste cenário de expansão da educação nacional, com o intuito de fortalecer as instituições de ensino superior – IES que dela participam e de contribuir para a educação superior catarinense.

Para a sobrevivência e desenvolvimento empresarial, comum é, entre as IES, a criação de convênios e parcerias interinstitucionais, com o intuito de maximizar o padrão de qualidade e de prestação de serviços aos alunos. Com estes convênios, mais fácil é chegar até onde há demanda para a educação superior, principalmente em cidades interioranas.

A perspectiva econômica e de mercado fazem com que cada vez mais pessoas tenham interesse na profissionalização constante, e o ensino a distância se mostra eficaz na oferta de educação superior, que por suas características traz alguns benefícios não oportunizados pela educação tradicional. E este é um dos objetivos da educação a distância: a democratização do acesso a educação.

Com o propósito de apontar se este objetivo teórico é corroborado na prática, este artigo tem a finalidade de demonstrar a inegável contribuição das IES do sistema AMPESC, principalmente a partir do convênio interinstitucional entre duas delas, para a interiorização e desenvolvimento da educação superior no Estado catarinense.

## **2 METODOLOGIA**

Método é o caminho que se tem que percorrer para responder ao objetivo geral da pesquisa. É a forma como proceder ao longo do caminho. (MARCONI; LAKATOS, 2006) Com a finalidade de clarificar os procedimentos metodológicos, apresentar-se-á a seguir as técnicas utilizadas para a extração dos dados.

Quanto à abordagem, a pesquisa será qualitativa, a partir da análise da coleta dados através da aplicação de questionários semi-estruturados, que permitem uma proposta menos rígida estruturalmente. (GODOY, 1995). Será, da mesma forma, quantitativa, posto que fornecerá percentuais quando da aplicação dos questionários. Dessa forma, as respectivas abordagens serão complementares, em busca de uma suficiente observação da realidade. (MINAYO; SANCHES, 1993)

No que tange aos procedimentos técnicos, o presente estudo estrutura-se como sendo pesquisa-ação, posto que os pesquisadores estarão em contato com o objeto de estudo, na persecução dos objetivos de pesquisa. (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007)

De forma fragmentada, para facilitar o entendimento sobre os procedimentos e técnicas de pesquisa empregadas, os Capítulos 3 e 4 foram basicamente bibliográficos e documentais, na reorganização e interpretação de dados de fontes primárias (legislação e Censo da Educação Superior de 2008) e secundárias (livros e outros artigos científicos).

No Capítulo 5, os procedimentos metodológicos utilizados para verificar na realidade o papel do ensino a distância no desenvolvimento regional, bem como para mensurar a maximização do acesso à educação superior, resultaram na aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas.

Os questionários foram aplicados entre os dias 11 a 15 de outubro de 2010, no pólo de ensino da Faculdade Capivari, em Capivari de Baixo/SC. Foi selecionada de forma aleatória uma amostra de 625 alunos de uma população de 1824 alunos. A amostra utilizada tem um percentual de erro de 4%.

## **3 PERSPECTIVAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

O contexto nacional da educação superior mudou radicalmente com a criação e promulgação da LDB. A possibilidade da coexistência de instituições de ensino públicas e privadas já existia desde a Constituição de 1937, mas a lei 9.394/96 trouxe inovações por ser a primeira lei complementar que disciplina as diretrizes e bases da educação nacional.

No contexto da promulgação da referida lei, houve uma decisão de expandir o ensino superior nacional através do setor privado, materializada em um estímulo à presença de empresas educacionais com finalidade lucrativa. (LOEBEL, 2009).

Com uma maior regulamentação a partir da referida lei, instituições de ensino superior – IES privadas foram tornando-se cada vez mais comuns no mercado, e, atualmente, pelos dados do Censo da Educação Superior – 2008, dos 1.873.806 ingressantes em cursos

presenciais no Brasil, 1.521.191 são de IES privadas, ou seja, 81,19% dos alunos que ingressam no ensino superior no país, através de processo seletivo ou por vestibular, são de IES particulares, comunitárias, confessionárias e filantrópicas.

Este número reflete o atual momento da educação superior no Brasil: aumento das IES privadas, que hoje somam 2.016 entre particulares, comunitárias, confessionárias e filantrópicas, e, por consequência há a intensificação da competitividade institucional. Este fenômeno remete as IES a busca continuada da qualidade e excelência na prestação de seus serviços. Para fortalecimento e sobrevivência no mercado, cada vez mais é comum a formação de parcerias e convênios interinstitucionais.

A formação de grupos educacionais também é de fácil visualização no panorama do ensino superior do Brasil. A qualidade, a seu ver, será o principal fator de sustentabilidade das instituições. O que reforça essa visão é o crescimento do crédito estudantil. Esse mecanismo ajuda o acesso do aluno a um ensino de melhor qualidade e, ao mesmo tempo, ajuda na saúde financeira das IES privadas. As beneficiadas são as instituições de melhor qualidade. (ALMEIDA, 2009)

Almeida (2009, p. 56) traz ainda uma tabela demonstrando o ranking dos grupos consolidadores do ensino superior privado do Brasil, abrangendo 18 grupos que tomam a maior parte do mercado educacional brasileiro, caracterizando progressivo processo de integração horizontal na área.

Outra realidade que interfere diretamente no acesso a educação superior é a condição econômica das pessoas. Hoje, o aumento do PIB *per capita* favorece a possibilidade de pagamento de um ensino superior particular e, neste binômio, quanto maior o crescimento da economia nacional, mais pessoas poderão (e, tão logo, necessitarão) obter uma graduação, sem sacrifícios financeiros.

Segundo dados do IBGE e de Análise Unibanco, 40% dos estudantes podem pagar mensalidades que variam entre 250 e 450 reais. O gráfico abaixo mostra que o acesso à educação superior é limitado, por óbvio, pela capacidade de pagamento, e que, quanto maior a renda, maior o valor pago em mensalidade.



Gráfico 1 – Acesso ao ensino superior limitado pela capacidade de pagamento  
Fonte: IBGE e Análise Unibanco (2008)

A contextualização da realidade da educação superior nacional, a análise do cenário catarinense é pertinente, pois é onde estão inseridas as IES particulares que são objeto de estudo deste artigo.

### 3.1 Cenário Catarinense

Para ser analisada a participação do Estado catarinense no cenário da educação superior no país, importante é refletir sobre os dados do Censo da Educação Superior (2008).

Desta maneira, dentre tantas as tabelas derivadas do referido Censo, foram desenvolvidas e adaptadas três delas, que servirão como critério de análise do cenário catarinense: número de instituições de educação superior, número de ingressantes nos cursos de graduação presencial e ensino a distância.

Com relação à Tabela 1, pode-se verificar que o Estado de Santa Catarina detém o percentual de 4,13% de instituições de educação superior do Brasil. Este número pode soar simbólico, mas comparado com a quantidade de Estados e a densidade populacional do país, Santa Catarina está acima da média proporcional.

Também se pode afirmar outro dado interessante a partir desta tabela: das 93 instituições catarinenses, 66 são particulares. Ou seja, quase 71% são instituições de ensino superior privadas e os outros 29% são formadas por instituições públicas (federais, estaduais e municipais), comunitárias, confessionárias e filantrópicas.

	INSTITUIÇÕES		
	Total	Capital	Interior
<b>BRASIL</b>	<b>2.252</b>	<b>811</b>	<b>1.441</b>
Pública	236	82	154
Federal	93	54	39
Estadual	82	28	54
Municipal	61	-	61
<b>Privada</b>	<b>2.016</b>	<b>729</b>	<b>1.287</b>
Particular	1.579	575	1.004
Comum./Confes./Filant.	437	154	283
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>93</b>	<b>15</b>	<b>78</b>
Pública	7	3	4
Federal	3	2	1
Estadual	1	1	.
Municipal	3	.	3
<b>Privada</b>	<b>86</b>	<b>12</b>	<b>74</b>
Particular	66	11	55
Comum./Confes./Filant.	20	1	19

Tabela 1 – Número de Instituições de Educação Superior – Brasil e Santa Catarina  
Fonte: Adaptada do Censo da Educação Superior – 2008

A análise do número de ingressantes em cursos de graduação presenciais também pode servir como critério de avaliação do cenário catarinense perante o cenário nacional.

Na Tabela 2, dos 1.873.806 ingressantes no país, 310.281 são de instituições na região sul e 73.251 são de instituições catarinenses. Em porcentagem, 16,55% do total de ingressantes são da região sul e 3,9% são de Santa Catarina. Do total de ingressantes da região sul, 23,61% são de instituições catarinenses.

Para que a interpretação destes números não seja equivocada, devem ser considerados sob a ótica da economia e da população. Populacional e economicamente, os outros dois Estados da região sul são mais desenvolvidos que Santa Catarina e, comparando a região sul com o Brasil, este não está em primeiro lugar das regiões com maior população e desenvolvimento econômico.

	<b>TOTAL GERAL POR FORMA DE INGRESSO</b>			
	<b>Total</b>	<b>Vestibular</b>	<b>Outros processos seletivos</b>	<b>Outras formas de ingresso</b>
<b>BRASIL</b>	1.873.806	1.359.600	146.219	367.987
Pública	352.615	275.595	31.718	45.302
Federal	186.043	139.231	22.884	23.928
Estadual	126.820	108.017	3.896	14.907
Municipal	39.752	28.347	4.938	6.467
<b>Privada</b>	1.521.191	1.084.005	114.501	322.685
Particular	1.031.220	783.030	65.660	182.530
Comum./Confes./Filant.	489.971	300.975	48.841	140.155
<b>REGIÃO SUL</b>	310.281	206.313	27.632	76.336
Pública	67.727	49.834	5.785	12.108
Federal	32.141	25.505	1.029	5.607
Estadual	21.810	19.141	253	2.416
Municipal	13.776	5.188	4.503	4.085
<b>Privada</b>	242.554	156.479	21.847	64.228
Particular	111.031	82.299	8.512	20.220
Comum./Confes./Filant.	131.523	74.180	13.335	44.008
<b>SANTA CATARINA</b>	73.251	38.316	18.005	16.930
Pública	21.217	11.460	4.152	5.605
Federal	5.438	4.580	-	858
Estadual	3.222	2.523	-	699
Municipal	12.557	4.357	4.152	4.048
<b>Privada</b>	52.034	26.856	13.853	11.325
Particular	20.556	12.114	4.814	3.628
Comum./Confes./Filant.	31.478	14.742	9.039	7.697

Tabela 2 – Número de Ingressantes nos cursos de graduação presencial – Brasil, Região Sul e Santa Catarina  
Fonte: Adaptada do Censo da Educação Superior – 2008

Por último, a análise da Tabela 3 mostra a realidade do ensino à distância no Brasil, na região sul e em Santa Catarina. No total geral de 1.699.489 vagas oferecidas, 654.229 são da região sul e 93.595 são de Santa Catarina. Em porcentagem, 38,50% do total de vagas são para a região sul e 5,5% são para o Estado catarinense.

Da mesma forma com a Tabela 2, estes dados também devem ser observados sob a ótica da economia e da população para que não sejam interpretados equivocadamente.

Por fim, pode-se visualizar que a oferta de vagas na educação superior a distância é maior que a demanda. No Brasil, somente em 40,71% das vagas oferecidas há candidatos inscritos, e isso não quer dizer que se matriculam, nem que concluem. Na região sul, o percentual é de 29,42%, e, em Santa Catarina, é de 43,92%. Portanto, neste aspecto, o Estado catarinense está acima da média nacional entre vagas oferecidas *versus* candidatos inscritos.

	<b>TOTAL GERAL</b>	
	<b>Vagas oferecidas</b>	<b>Candidatos inscritos</b>
<b>BRASIL</b>	1.699.489	708.784
Pública	254.477	313.880
Federal	27.817	128.345
Estadual	156.623	163.908
Municipal	70.037	21.627
<b>Privada</b>	1.445.012	394.904
Particular	873.267	252.376
Comum./Confes./Filant.	571.745	142.528
<b>REGIÃO SUL</b>	654.299	192.505
Pública	76.448	38.622
Federal	5.311	15.227
Estadual	1.100	1.768
Municipal	70.037	21.627
<b>Privada</b>	577.851	153.883
Particular	226.313	111.648
Comum./Confes./Filant.	351.538	42.235
<b>SANTA CATARINA</b>	93.595	41.103
Pública	73.885	35.260
Federal	3.848	13.633
Estadual	-	-
Municipal	70.037	21.627
<b>Privada</b>	19.710	5.843
Particular	14.670	3.896
Comum./Confes./Filant.	5.040	1.947

Tabela 3 – Ensino a distância – Brasil, Região Sul e Santa Catarina  
Fonte: Adaptada do Censo da Educação Superior – 2008

Diante de todo o exposto e de forma genérica, o cenário catarinense é fortalecido basicamente por instituições de ensino superior particulares, que sob um aspecto subjetivo, são as que proporcionam o acesso à educação superior interiorana. E, a oferta de vagas maior que a demanda mostra que o ensino a distância em Santa Catarina cumpre inicialmente sua função: de disseminar e democratizar o acesso à educação superior.

#### 4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Nas palavras de Mello Jr., Moretto Neto e Klaes (1999, p. 46):

É notável a demanda por pessoas portadoras de conhecimentos e habilidades que a escola tradicional não tem a capacidade de proporcionar. Do mesmo modo, a formação para o trabalho num ambiente de inovação tecnológica frequente, acelerada, implica numa concepção de educação continuada para o ser humano, e esta responsabilidade está longe de poder ser atribuída à escola tradicional.

Para Moore (2007) a educação a distância responde a certos “por quês” de existir. Esta modalidade de ensino atende a certas necessidades: acesso crescente a oportunidades de aprendizado, apoiar a qualidade das estruturas educacionais existentes, melhorar a capacitação do sistema educacional, nivelar desigualdades entre grupos etários, direcionar campanhas educacionais para grupos-alvo importantes, aumentar aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento, oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar.

A educação a distância pode ser de alto nível de qualidade e aprendizagem tanto quanto qualquer outra forma de instrução e Barberà (2006, p. 49) traz o resultado de uma pesquisa que assim demonstra: que a aprendizagem a distância pode ser considerada tão efetiva quanto a aprendizagem presencial.

Esta modalidade de ensino surgiu por volta do ano de 1880 (MOORE, 2007, p. 25), através de cursos por correspondência e com a evolução dos meios de comunicação cada

vez mais difundem-se nos cinco continentes. Antes de adentrar-se nos objetivos da educação a distância, abordar-se-á um breve conceito e histórico.

#### **4.1 Histórico e conceitos**

Para Moore (2007), o contexto histórico da educação a distância no mundo perfaz o caminho de cinco gerações bem definidas. Na primeira geração, tem-se o estudo por correspondência. Os alunos abarcavam usualmente temas vocacionais, ou seja, eram cursos “sem crédito” acadêmicos. O motivo principal para os primeiros educadores por correspondência era a visão de usar tecnologia para chegar até aqueles que de outro modo não poderiam se beneficiar dela. Naquela época, isso incluía as mulheres e, talvez por essa razão, elas desempenharam um papel importante na educação a distância.

A segunda geração caracteriza-se pela transmissão da educação por rádio e televisão. O rádio surgiu no início do século XX, mas como tecnologia de divulgação da educação não atingiu as expectativas.

Já a terceira geração é denominada de abordagem sistêmica. O Projeto AIM, da University of Wisconsin, representou um marco histórico e um ponto de inflexão na história da educação a distância. Este foi o primeiro teste da ideia de educação a distância como um sistema total. Mas não tinha controle de seu corpo docente nem sobre o currículo, pois não exercia o controle de recursos financeiros nem sobre os resultados acadêmicos de seus alunos. Então, considerando as falhas graves do AIM, surgiu a Universidade Aberta da Grã-Bretanha (UA).

Na quarta geração, surge a teleconferência. Normalmente utilizada para o uso de grupos, seguiu com a era do satélite e da videoconferência interativa. E, na quinta geração, são as aulas e cursos virtuais baseados no computador e na internet.

A flexibilidade extremada proporcionada pelas tecnologias de comunicação permite acesso rápido à informação e implicam a adoção de um novo paradigma educativo, diferente dos paradigmas propostos pela educação presencial (CRUZ; BARCIA, 1999).

Partindo-se para a conceituação do termo, nas palavras de Aretio (2002), há certa dificuldade de uma definição exata do termo educação a distância. O referido autor traz dezessete definições, citando os com maior autoridade e que são frequentemente citados.

Dentre os dezessete conceitos, pôde-se observar as seguintes características comuns: existe a separação do professor-aluno; utilização de meios técnicos para a eficácia da modalidade educativa, mas não é exclusivo do sistema a distância; organização de apoio-tutoria; aprendizagem independente e flexível; comunicação bidirecional; enfoque tecnológico; comunicação massiva; procedimentos industriais, na racionalização do processo, na divisão do trabalho e na produção em massa.

Ainda destas dezessete definições, passa-se a analisar três delas (ARETIO, 2002, p. 27). Para Moore, a educação a distância é o tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem a parte das discentes, de tal maneira que a comunicação entre professor e aluno pode realizar-se mediante textos impressos, por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas. Para Wedemeyer, o aluno está a distância do professor grande parte ou todo o tempo durante o processo de ensino-aprendizagem.

E, para Peters, a educação/ensino a distância é um método de repartir conhecimentos, habilidade e atitudes, racionalizando a aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, assim como pelo uso extensivo de meios técnicos, especialmente para o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o qual é possível instruir a um grande número de estudantes ao mesmo tempo e onde queira que eles vivam.

Enfim, a metodologia de ensino a distância é uma forma sistemática e organizada de estudo onde o aluno obtém conhecimentos planejados, transmitidos através das melhores mídias e tecnologias disponíveis. (DALMAU; LOBO; VALENTE, 2000).

## 4.2 Objetivos

Aretio (2002, p. 77-81) aborda quais são os principais objetivos da educação a distância. Um deles é propiciar uma aprendizagem autônoma e ligada a experiência, pois se pretende que o estudante adquira atitudes, interesses, valores que lhe facilitem mecanismos precisos para regravar-se a si mesmo, convertê-lo em um sujeito ativo de sua formação e ao professor em guia e orientador.

Outro objetivo é repartir um ensino inovador e de qualidade. Tem-se provado que os estudantes a distância obtêm resultados tão bons quando os que estudam por meios tradicionais e em alguns casos melhores, a educação a distância prova que é eficiente e de qualidade.

Também é objetivo fomentar a educação permanente, para dar satisfação a crescente demanda e aspirações dos mais diversos grupos. E, também, reduzir os custos da educação, pois no ensino presencial há maiores gastos com infra-estrutura e sua manutenção, docentes, colaboradores.

Por fim, também é objetivo da educação a distância democratizar o acesso a educação. É o que passa-se a analisar a seguir.

### 4.2.1 Democratização da educação

A educação a distância é uma ferramenta que está se mostrando cada vez mais eficaz para a solução dos problemas de acesso, qualidade e igualdade da educação. Quando os sistemas convencionais não podem cobrir todas as necessidades e demandas de educação e formação, devem ser buscadas outras vias para satisfazê-las. Por isso, a UNESCO está convencida de que cada vez existe uma maior confiança de que a educação a distância será parte fundamental dos futuros sistemas educativos. (ARETIO, 2002).

Nas palavras de Maia (2009, p. 56), de encontro com este pensamento, “nos últimos anos, a educação a distância vem surgindo como uma das mais importantes ferramentas de transmissão do conhecimento e da democratização da informação”.

A educação a distância democratiza por que pretende, entre outros, atender a uma população estudantil dispersa geograficamente e garantir a permanência do estudante em seu próprio meio cultural e natural com o que se evitam êxodos.

Para verificar se a educação a distância democratiza o acesso a educação superior em 19 (dezenove) municípios interioranos do sul de Santa Catarina, utilizou-se uma amostra de alunos de um convênio entre duas instituições de ensino superior particulares, conveniadas ao Sistema Ampesc - Associação das Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina.

## 5 ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA ATRAVÉS DO CONVÊNIO UNIASSELVI / FUCAP

Até o ano de 2000, o Estado de Santa Catarina somente era desbravado pelas instituições do sistema ACADE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Esta entidade surgiu em 1974 e, até a virada do milênio tinha como privativa a representatividade das instituições de ensino superior catarinenses.

Com o surgimento do sistema AMPESC – Associação das Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina, as instituições privadas ganharam representatividade no Estado.

Em 1995 surgiu a segunda Instituição particular em Santa Catarina; em agosto de 1998 surgiram três Instituições; em 1999 mais algumas, e, a grande maioria, surgiu após o ano de 2000. Atualmente, representa mais de 89% do Sistema Privado de Ensino Superior no Estado de Santa Catarina, composto por 59 Faculdades e 1 Centro Universitário.



A pesquisa realizada tem por objetivo a análise do acesso e democratização da educação superior através da modalidade à distância. Para tanto, faz parte do total de participantes que responderam a um questionário os acadêmicos do convênio de duas instituições particulares catarinenses filiadas à AMPESC: FUCAP - Faculdade Capivari e UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci.

Analisar-se-á, a partir dos itens subsequentes, as informações prestadas pelos acadêmicos pelo prisma da acessibilidade à educação superior proporcionada pelo ensino praticado à distância.

### **5.1 Análise dos dados**

Quase 70% da amostra são do sexo feminino. Isto comprova que realmente são as mulheres as que mais se utilizam dessa modalidade ensino para se aperfeiçoarem. Número representativo em virtude da facilidade obtida e em consideração às múltiplas atividades que têm tido as mulheres no âmbito pessoal, profissional e materno.

Com relação ao critério idade, observou-se que há um acesso homogeneizado à educação superior, pois não exclui qualquer faixa etária. Do total, 28,32% têm entre 17 e 22 anos; 32,48% entre 23 e 30 anos; 24,32% entre 31 e 40 anos; e 14,72% com 41 anos ou mais.

Tais números refletem a não pré-conceituação de faixa etária que estaria a educação a distância apta a absorver. Tal indicador contribui para a noção de democratização do acesso à educação, posto que, pelas características desta modalidade de ensino, atinge todos os públicos.

Do total da amostra, 49,6% cursa Pedagogia. Este número assim se reflete, também, em virtude do alto percentual de mulheres que participaram da pesquisa. De outra forma, 73,22% cursam licenciaturas, enquanto o percentual restante cursa tecnólogos e bacharéis.

A procura pelo curso de Pedagogia, e em licenciaturas em geral, corrobora com a estratégia 13.4 da Meta 13 do Plano Nacional de Educação 2011-2020. A preocupação com educação de qualidade a partir da educação fundamental e básica reflete-se nas vagas oferecidas e ocupadas pelos acadêmicos pertencentes à amostra objeto de estudo.

Os números ainda representam que o ensino a distância atinge aqueles estudantes que são de famílias pouco privilegiadas economicamente, porque 88% concluíram o ensino médio em escola pública; 2,56% em escola particular, mas com bolsas de estudo; e somente 7,68% concluíram o ensino médio em escola particular.

Tal indicador também demonstra a democratização do acesso à educação superior, posto que os alunos que, em regra, têm maiores condições financeiras de frequentar escolas particulares desde o ensino básico, provavelmente continuam tendo condições de cursar graduações mais caras e/ou ocupam as vagas nas universidades públicas.

Do total da amostra, 57,28% residem nas cidades de Tubarão e Laguna. O percentual restante são residentes de outros dezessete municípios. Este número reflete o atendimento à população de cujas cidades têm um maior desenvolvimento econômico, inclusive com maior quantidade de habitantes.

À despeito se possuem outro curso de graduação trancado ou com desistência, 83,36% da amostra nunca tiveram acesso à educação superior, mesmo que de forma presencial. Os restantes possuem uma graduação trancada ou com desistência, o que indica que há empecilhos que impedem a conclusão do curso, quer seja disponibilidade de tempo, valor das mensalidades, entre outros.

No total da amostra, 68% dos acadêmicos não trabalham na área em que estão cursando, o que pode indicar que estão em busca de novas oportunidades de emprego, além das atuais. E/ou, também, que os cursos ofertados a distância não são os que eram desejados, mas que são cursados pela oportunidade da educação a distância. Os outros 33% da amostra

trabalham na área do curso em que estão matriculados, o que indica que estão em busca de profissionalização e da regulamentação da profissão.

Dentre os motivos que fizeram preferir o ensino à distância do presencial, os números mais expressivos são: 72,96% alegam a falta de disponibilidade de tempo; e 70,4% não participam do ensino presencial em virtude de a mensalidade da educação a distância ser mais acessível.

Entre os motivos menos citados, tem-se que 20,32% são em virtude de não haver instituição de ensino superior presencial na cidade onde mora; 16,16% foram motivados pela oportunidade de regularizar a profissão; 7,84% da amostra indicaram outros motivos; 5,92% por causa da facilidade na obtenção do diploma.

A última pergunta do questionário semi-estruturado foi aberta. E a pergunta era se o ensino a distância garantiu o acesso à educação superior. Esta pergunta é a que define se a educação a distância ofertada pelas duas instituições conveniadas objeto deste estudo realmente garantem o acesso ao ensino superior no sul de Santa Catarina, cumprindo um dos objetivos da educação a distância que é proporcionar a democratização da educação.

Enfim, 89,44% da amostra afirmam que a educação a distância garantiu o acesso a educação superior, pois não teria condições sócio-econômico-financeira para frequentar a ensino presencial; e 2,24% responderam que talvez pudesse ter garantido. Ainda, 5,44% afirmaram não ter garantido, mas apresentaram algumas justificativas, analisadas a seguir.

Destes 5,44%, 60,61% justificaram que teriam condições sócio-econômico-financeira de cursar presencialmente um curso superior; 21,21% porque já têm outra graduação; e 18,18% afirmam que não garantiu, mas que facilitou o acesso e a permanência na educação superior.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada neste estudo demonstra que, ao menos nos cursos com maior representatividade (pedagogia, serviço social, gestão ambiental), as IES conveniadas da AMPESC que dela participaram contribuem substancialmente para o acesso a educação superior.

Com relação aos municípios envolvidos, também se pode destacar que Tubarão e Laguna, por terem maior representatividade, são beneficiados pelas oportunidades trazidas pela educação a distância e pelas duas instituições parceiras, considerando expressivo a quantidade de entrevistados que responderam que não teriam condições sócio-econômico-financeira de frequentar um curso presencial.

Outro aspecto importante está relacionado à motivação de preferência entre o ensino presencial e o a distância. Os critérios mais citados entre tantos outros foram justamente a mensalidade mais acessível e pela falta de disponibilidade de tempo. Este dois fatores são justificados primeiro pelas condições econômicas do povo interiorano e, segundo, pela realidade do sistema de mercado capitalista.

E, finalmente, corroborando com a primeira justificativa, uma maioria muito expressiva conclui o ensino médio em escola pública, ou em privada com bolsa de estudos. Isto significa que o público-alvo da educação a distância neste convênio interinstitucional é o pessoal de baixa renda familiar, que não teve possibilidade de acesso nem perspectivas de ingressar no ensino superior público ou no ensino superior presencial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Edson Pinto de. Panorama do ensino. **GV Executivo. Getúlio Vargas Executivo**, v. 8, n. 1, p. 52-57, 2009.

ARETIO, Lorenzo G. **La educación a distancia: de la teoría a la práctica**. Barcelona: Editorial Ariel, 2002.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **PNE**. Plano nacional de educação. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16478&Itemid=1107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107)>. Acesso em: 25 abr. 2011.

BARBERÀ, Elena; ROMISZOWSKI, Aleksander; SANGRÀ, Albert; SIMONSON, Michael. **Educación abierta y a distancia**. Barcelona: Editoraluoc, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRUZ, Dulce Márcia; BARCIA, Ricardo Miranda. O ensino a distância e o setor produtivo: levando a universidade ao local de trabalho. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, SC, ano 1, n. 2, p. 25-35, ago. 1999.

DALMAU; Marcos Baptista Lopez; LOBO, Eduardo; VALENTE, Amir Mattar. Mudanças conjunturais do ensino e noções gerais de ensino a distância: o caso LED. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, SC, ano 2, n. 3, p. 39-49, abril 2000.

GODOY, A. S. Introdução á pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres et al. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

INEP/MEC. **Censo da educação superior 2008**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

LOEBEL, Eduardo. Ensino superior brasileiro. **GV Executivo. Getúlio Vargas Executivo**, v. 8, p. 62-65, 2009.

MAIA, Marta de Campos. Estudos sobre a educação a distância. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 49, n. 4, p. 56-60, out./dez. 2009.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MELO, Pedro Antônio; MELO, Michelle Bianchini de; NUNES, Rogério da Silva. A educação a distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 24, p. 278-304, 2009.

MELLO JUNIOR, Fernando Ferreira de; MORETTO NETO, Luis; KLAES, Luiz Salgado. Educação a distância: notas sobre a aprendizagem profissional a distância. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, ano 1, n. 1, p. 43-52, fev. 1999.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson, 2007.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SOUZA, A. C.; FIALHO, F.A.P.; OTANI, N. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: VisualBooks, 2007.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 32(5):7-23, set./out. 1998.